

DEPOIS DA GUERRA FRIA: A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Luiz Claudio Duarte*

RESUMO

O texto analisa as posições adotadas pelos intelectuais da Escola Superior de Guerra (ESG) em relação à constituição de uma nova orientação para as Forças Armadas brasileiras diante da realidade geopolítica decorrente do final da Guerra Fria e das ações unilaterais dos Estados Unidos (EUA). Demonstra também como os esguianos repensaram, no período entre 1989 e 2006, a ligação militar e doutrinária com os EUA, questão presente na Escola desde a sua fundação. E assinala ainda como estes pensadores passaram a considerar a ameaça de uma intervenção estadunidense em território brasileiro e como defender soberania nacional diante desse risco potencial.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra. Estados Unidos da América. Alinhamento. Autonomia.

AFTER THE COLD WAR: THE SUPERIOR WAR COLLEGE

ABSTRACT

The paper analyzes the positions adopted by the intellectuals of the Superior War College¹ in relation to the constitution of a new orientation for the Brazilian armed forces given the new geopolitical reality brought by the end of the Cold War and the unilateral actions of the USA. It also demonstrates how the *esguianos*² rethought, in the period between 1989 and 2006, the question of the military liaison and doctrine with the USA, a present issue at ESG since its founding. It also points out how these intellectuals had considered the US intervention threat in the Brazilian territory and how to defend the national sovereignty in the face of this potential risk.

Keywords: Superior War College. United States of America. Alignment. Autonomy. War College. United States of America. Alignment. Autonomy.

* Mestre em História pela UFF. Doutor em Educação pela UFF. Professor do Curso de História do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense. Contato: lcdhistoriador@gmail.com e l_c_duarte@id.uff.br

1 Known by the acronym ESG in Brazil.

2 Name applied to those who accomplished the courses at ESG.

DESPUÉS DE LA GUERRA FRÍA: LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA

RESUMEN

El texto analiza las posiciones adoptadas por los intelectuales de La Escuela Superior de Guerra (ESG) con respecto a la constitución de una nueva orientación para las Fuerzas Armadas brasileñas frente a la realidad geopolítica derivada del final de la Guerra Fría y de las acciones unilaterales de los Estados Unidos (EE UU). También demuestra cómo los integrantes de la ESG repensaron, en el período 1989-2006, la conexión militar y doctrinaria con los EE UU, cuestión presente en la Escuela desde su fundación. Y aún marca cómo estos pensadores empezaron a considerar la amenaza de una intervención estadounidense en territorio brasileño y cómo defender la soberanía nacional frente a ese riesgo potencial.

Palabras clave: Escuela Superior de Guerra. Estados Unidos de América. Alineación. Autonomía.

1 INTRODUÇÃO

Se não consensual, ao menos é prevalecente na historiografia brasileira que o regime militar, inaugurado em abril de 1964, adotou, em termos de política externa, uma posição clara de alinhamento com os Estados Unidos (EUA), a exemplo do que ocorrera durante o Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), só que por um período bem mais longo e com consequências mais profundas³.

Esse ordenamento das Forças Armadas brasileiras em relação aos EUA foi favorecido pela ação intelectual da Escola Superior de Guerra (ESG) na propagação entre as elites brasileiras, incluindo a militar, da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e sua tese do alinhamento dos países ocidentais, democráticos e cristãos em contraposição aos países comunistas. Certamente contribuía, para tal, a percepção positiva do comando militar a respeito do papel desempenhado pelos EUA na geopolítica internacional nos tempos da Guerra Fria.

Este artigo visa mostrar que a década de 1990 trouxe uma conjuntura internacional que afetou negativamente a percepção, até então essencialmente positiva, que os esguianos em geral tinham da geopolítica estadunidense.

A pesquisa que originou este estudo foi motivada pelo interesse em conhecer as mudanças doutrinárias e ideológicas do pensamento militar brasileiro, a partir da documentação produzida na ESG ou por esguianos, na nova conjuntura mundial inaugurada com o fim da bipolaridade e da Guerra Fria, e em face das recentes orientações geopolíticas implementadas pelos EUA em termos de política internacional e

3 Foi no Governo do Presidente Dutra que ocorreu a fundação da Escola Superior de Guerra.

de segurança⁴. Entretanto, não apenas as diretrizes geopolíticas do Governo norte-americano sofreram avaliações negativas dos pensadores da Escola Superior de Guerra no período analisado (1989-2006), como também os impactos na economia e no Estado da chamada globalização e das políticas neoliberais, mormente nos Governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), influenciaram no aparecimento de uma produção intelectual esguiana crítica e mesmo hostil.

Com essa mudança de orientação da Escola, tornam-se frequentes os chamados, nos manuais e em outros textos da ESG, para que a sociedade se envolva nas discussões sobre defesa e segurança. O entendimento é de que a defesa nacional não deve ser considerada uma tarefa exclusiva das Forças Armadas (FA), ainda que sejam os militares os especialistas no assunto (LEONEL, 1997). E mais, detectam-se esforços no sentido de uma revisão doutrinária visando conseguir uma base social de apoio mais ampla do que tradicionalmente se fazia ao se dirigir o diálogo somente às elites políticas e às elites empresariais.

Isso, talvez, ajude a entender a posição do ex-Comandante da ESG, Tenente Brigadeiro do ar Sérgio Xavier Ferolla que, em março 1994, fez declarações elogiosas às lideranças dos movimentos sociais, inclusive ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (FEROLLA, 1994, 2006), assim como a atitude de outro ex-Comandante da Escola, o General de Exército José Benedito de Barros Moreira que, em 2006, convidou para proferir palestra para os colaboradores e estagiários da ESG o principal dirigente do MST: João Pedro Stédile⁵. Tais atitudes indicavam mudanças nas diretrizes da organização de ensino.

A Escola Superior de Guerra nasceu inspirada pela íntima relação política e ideológica estabelecida entre os oficiais brasileiros, que a criaram, com os militares estadunidenses, a partir da experiência da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial (ARRUDA, 1983). Experiência e identificação político-

4 A pesquisa que originou o presente texto foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

5 Depois dessa iniciativa, o General passou a ser alvo de críticas em sítios e blogs de direita, sendo inclusive taxado de ser uma infiltração comunista no Generalato. Outra posição do General que lhe rendeu críticas de setores liberais foi sua defesa quanto à necessidade de reservas e apoio do Estado, inclusive fiscal, para que a indústria nacional de defesa pudesse se desenvolver e ser capaz de fornecer os equipamentos necessários às FA (incluindo aviões de caça e VLS) com tecnologia totalmente nacional. Também gerou polêmica quando, em 2007, em entrevista ao programa “Expressão Nacional” da TV Câmara, defendeu que o Brasil desenvolvesse a tecnologia para produzir a bomba atômica (MOREIRA, 2007). Em um dos sítios que acusam o General Barros Moreira de ser comunista (“melancia”, como dizem no jargão direitista), é dito que o referido oficial, quando Comandante da ESG, em 2006, teria afirmado em uma palestra na Faculdade Boa Viagem (Recife) “[...] que era necessário trazer o ‘proletariado’ para dentro das FFAA e acabar com o ‘elitismo’ existente, pois o povo – a massa, o proletariado – precisava participar da defesa e da segurança da Nação [...]”. Disponível em: <<http://infomix-cf.blogspot.com/2006/08/ameas-difusas.html>>. Acesso em: 17 jan. 2012, grifos no original.

ideológica que foram desenvolvidas e consolidadas nos intercâmbios que se seguiram através das viagens e estadas de oficiais brasileiros em instituições militares dos EUA, bem como pela presença e assessoria de membros das Forças Armadas dos EUA na constituição da Escola. Como bem revelou um dos seus inspiradores e primeiro Comandante⁶: “A ESG é filha de americanos, mas naturalizou-se brasileira” (ARRUDA, 1983). A naturalização a que se refere o General Cordeiro de Farias certamente não fez, até recentemente, obliterar os vínculos ideológicos da Escola com sua matriz externa: o Governo norte-americano e sua geopolítica no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Para melhor compreensão das formulações ideológicas, das concepções doutrinárias e estratégicas, bem como dos posicionamentos políticos da ESG ao longo de sua existência, torna-se importante entender os movimentos da geopolítica estadunidense, a qual, salvo dissonâncias pontuais, os esguianos se empenharam em repercutir no Aparelho de Estado (ALTHUSSER, 1989) nacional e difundir junto às elites nacionais e, especialmente, aos militares.

Desse modo, em face da particular relação existente entre a produção intelectual dos membros da ESG e os interesses estratégicos do Aparelho de Estado norte-americano em escala mundial, considera-se que perceber a ESG no contexto histórico de um mundo não mais bipolar, no cenário do pós-Guerra Fria, de ascensão da chamada globalização e dos programas neoliberais, demanda, primeiramente, entender como ficaram as relações dos esguianos com a geopolítica estadunidense nessa quadra histórica que se abriu a partir dos anos de 1989 (queda do Muro de Berlim) e 1991 (dissolução da URSS) (GÓES, 2007).

Acompanhando a premissa do Comandante Góes quando afirma:

Com efeito, as grandes estratégias norte-americanas transcendem o escopo de sua simples nacionalidade e invadem a territorialidade dos outros países. Na verdade, a superação histórica da predominância do mundo eurocêntrico a partir do fim da Segunda Guerra Mundial abriu espaço para a ascensão da hegemonia norte-americana no mundo ocidental.

E assim é que a tarefa de compreender, em sua inteireza, a nova ordem mundial na Era Pós-Bipolar perpassa, indubitavelmente, pelo estudo da evolução do pensamento estratégico daquele País. Nesse sentido, avaliar a conjuntura internacional contemporânea não deixa de significar investigar os impactos das mudanças estratégicas operadas pelos Estados Unidos da América em relação ao resto do mundo. (GÓES, 2006, p. 135).

6 A expressão Comandante, quando se referir ao comando da ESG, virá como Comandante da ESG ou redigida de uma forma que permita ao leitor perceber facilmente que se refere ao Oficial-General Comandante da Escola. Isoladamente, ela indica um Capitão de Corveta, um Capitão de Fragata ou Capitão de Mar e Guerra, oficiais superiores da Marinha do Brasil.

Perscrutar a geopolítica estadunidense torna-se essencial para uma melhor compreensão das relações internacionais, desde que os EUA ascenderam como Nação hegemônica no período seguinte à Segunda Guerra Mundial e se transformaram na única superpotência nessa era após Guerra Fria, mas também para o entendimento da existência e da Doutrina da Escola Superior de Guerra.

Durante o período da Guerra Fria, o olhar dos pensadores da Escola em referência à “América” foi em geral positivo, de um aliado. Mas como ficam esse olhar e as relações ideológicas dos intelectuais esguianos com a “América”, com a sua matriz doutrinária, quando os EUA se tornam a superpotência única e hegemônica e reformula seus objetivos estratégicos e sua geopolítica em função dos seus interesses particulares sem necessariamente considerar ou depender dos antigos “aliados” da luta contra o comunismo?

Certamente por essa determinação que se deve iniciar a análise: a posição dos esguianos frente ao unilateralismo estadunidense a partir dos anos finais do século XX. Mas essa determinação e seus rebatimentos na produção dos pensadores da Escola Superior de Guerra precisam ser considerados, levando-se em conta uma mediação fundamental: o *Ser* social dos esguianos como *sujeitos* do Aparelho de Estado, mais especificamente, de um Aparelho Ideológico do Aparelho Repressivo do Estado (ALTHUSSER, 1989).

2 BORN IN THE USA

Segundo o coordenador da Divisão de Geopolítica e de Relações Internacionais da ESG, Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Capitão de Mar e Guerra, Guilherme Sandoval Góes, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos formularam e praticaram três grandes diretrizes geoestratégicas visando à sua segurança nacional. Entretanto, para os estrategistas norte-americanos, a segurança e consecução dos interesses nacionais dos Estados Unidos demandaram a sua projeção de poder para muito além das fronteiras nacionais, dando-lhe uma dimensão global. As três diretrizes geoestratégicas analisadas pelo Comandante Góes são: a) “A Geoestratégia da Contenção, em vigor durante a Guerra Fria”; b) “A Estratégia do *Engagement and Enlargement*, engendrada por BILL CLINTON no início dos anos 90 e desenvolvida a partir do colapso geopolítico do Império soviético”; e c) “A Doutrina Bush, configuração estratégica pós-11 de Setembro e cuja linha dominante é a imposição da chamada PAX AMERICANA, aqui entendida como unipolarismo geopolítico global” (GÓES, 2006 e 2007).

Em que pesem as diferenças, as grandes estratégias estadunidenses implicaram invasões da “territorialidade dos outros países”, expressando a hegemonia alcançada pelos EUA com a superação “da predominância do mundo eurocêntrico” (GÓES, 2006).

3 A GEOESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO

Para o Comandante Góes, essa estratégia nasceu como resposta ao “expansionismo soviético”, foi projetada por George F. Kennan, com base na “ideia-força do confronto indireto entre as duas superpotências, dando origem, por consequência, à famosa Guerra Fria” (GÓES, 2006). Nessa geoestratégia, os conflitos principais ocorreriam no “*Rimland eurasiático*”: áreas geográficas de grande fluidez geopolítica (Europa Oriental, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático). Assim, a Guerra Fria caracterizava-se pela ocorrência de conflitos indiretos entre as superpotências no *Rimland*. Essa formulação estratégica baseava-se em duas premissas: a tese mackinderiana⁷ do expansionismo soviético e a tese da “contenção spykmaniana⁸ dos EUA”⁹.

O Comandante Góes compartilha da premissa estadunidense de que a União Soviética (URSS) se movia no sentido de aplicar o esquema *mackinderiano* com o objetivo de estabelecer sua dominação comunista mundial. A premissa de que a URSS tinha pretensões expansionistas emerge em 1946 quando se destaca a figura de George F. Kennan¹⁰ que, segundo Góes, “abriu espaço para a corrente realista de política externa que não acreditava na perspectiva de cooperação internacional [...], baseada na coexistência harmônica entre o capitalismo e o comunismo. Urgia, pois, construir uma estratégia de reação apta a combater o avanço comunista” (GÓES, 2006, p. 142).

7 O geógrafo inglês Halford John Mackinder, considerado um dos precursores da geopolítica e da geoestratégia exatamente por ter formulado, em 1904, a Teoria do Heartland, “propugna que o Estado Nacional que tiver a capacidade de controlar a Eurásia dominará o Coração da Terra. Quem controlar o Coração da Terra governará a Ilha Mundial (Europa, África e Ásia). E quem controlar a Ilha-Mundo comandará o mundo. A sequência mackinderiana para a conquista do mundo é a seguinte: 1. Eurásia, o Heartland, o Coração da Terra propriamente dito; 2. Os três continentes (Europa, África e Ásia), a Ilha Mundial; 3. O resto do mundo, América e Austrália” (GÓES, 2006, p. 143, grifo no original). Cabe destacar que Mackinder, assim como Churchill, foi um ativo defensor do imperialismo britânico e na condição de alto-comissário britânico no Sul da Rússia Soviética atuou, durante a guerra civil, no sentido de tentar unir os “brancos” contra os bolcheviques.

8 Refere-se ao geógrafo holandês naturalizado estadunidense Nicholas Spykman, principal formulador da “Teoria das Fímbrias” (Ibid., p. 145-146).

9 A respeito das práticas imperialistas e belicistas dos EUA, sugerimos ao leitor os documentários: A Batalha do Chile; A Guerra Contra a Democracia; A Guerra Fria na América Latina; A História não Contada dos Estados Unidos (The Untold History of the United States), dirigido por Oliver Stone e Peter Kuznick; Chove Sobre Santiago; Make Mine Freedom. Produção: Universidade Harding & Hanna e Barbera (1948); O Dia Que Durou 21 Anos; Razões Para a Guerra (Why We Fight), dirigido por Eugene Jarcki; e Sob a Névoa da Guerra (The Fog of War), dirigido por Errol Morris. Importante também é ler o depoimento do General Smedley D. Botler sobre as operações que realizou ao longo da carreira (HUBERMAN e SWEEZY, 1961, p. 31-32).

10 Originalmente a Geoestratégia de Contenção denominava-se Kennan’s Containment Strategy. (GÓES, 2006, p. 145).

Foi para conter o “expansionismo” do “Império soviético” e salvar o Ocidente e o mundo da dominação comunista que os EUA, principal guardião da civilização ocidental, cristã e democrática, aplicaram a estratégia de contenção inspirada na *Teoria das Fímbrias*, de Nicholas Spykman.

Enquanto matriz antimackinderiana, a Teoria das Fímbrias defende a ideia central de que o Estado nacional que controlar o Rimland dominará a Eurásia e quem dominar a Eurásia, controlará o mundo. De inelutável evidência, portanto, o sinal trocado entre as teses mackinderiana e spykmaniana, ou seja, enquanto a escola do poder terrestre defende o avanço na direção Coração da Terra-Ilha do Mundo, a concepção das fímbrias propugna a contenção no sentido Rimland-Coração da Terra. Um modelo é a antítese do outro¹¹. (GOES, 2006, p. 146).

Como decorrência lógica da Teoria das Fímbrias, os EUA e seus aliados atuaram para estabelecer regimes solidamente anticomunistas no *Rimland* enquanto prosseguia a luta pelo controle do Coração da Terra. Daí, o envolvimento dos Estados Unidos em conspirações e mesmo em ações diretas que impuseram e sustentaram ditaduras capitalistas em várias bordas do *Heartland*. Para tanto, foi necessário estabelecer aliados nos países do *Rimland*, mormente, militares. Os intelectuais esguianos, em regra, foram exatamente esses aliados diretos da geoestratégia norte-americana de preservação do capitalismo nas fímbrias, como elemento de contenção, e cerco da URSS e seus aliados. Mas, a adesão dos pensadores da ESG à estratégia anticomunista e pró-capitalista (pró-democracia diriam eles) dos EUA respondeu não só às articulações levadas a efeito pelo Governo norte-americano e seus agentes no Brasil¹², mas também, e sobretudo, à identificação ideológica dos esguianos com o capitalismo, à visão de mundo da burguesia, aos elementos fundamentais da concepção liberal clássica sobre economia, política e o homem:

Com efeito, é a própria letra da Geoestratégia da Contenção que revela a tendência de apoiar os regimes militares na América Latina. Estava escrito textualmente, não era nem mesmo necessário dissimular. No quadro geopolítico da Contenção, tais regimes eram importantes instrumentos a serviço dos interesses norte-americanos. (GÓES, 2006, p. 151).

Os regimes militares, no contexto da Geoestratégia de Contenção, foram o recurso kisseriano adotado pelos EUA para cumprirem a orientação estratégica propugnada por Spykman que, segundo Fiori (2011):

11 Por “Rimland” entende-se as “bordas ou fímbrias da Ilha do Mundo” (GÓES, 2006, p. 137).

12 Referimo-nos aqui, por exemplo, aos grupos políticos de civis e militares que articularam e executaram o golpe de Estado de 1964 e participaram ou deram apoio à ditadura empresarial-militar como destacam René Armand Dreifuss (1987a e 1987b), Octávio Ianni (1981), Kurt Rudolf Mirow (1978) e Caio Navarro de Toledo (1984).

[...] definiu o continente americano, do ponto de vista geopolítico, como primeira e última linha de defesa da hegemonia mundial dos EUA. Ele considerava improvável que surgisse um desafio à supremacia dos Estados Unidos na 'América Mediterrânea', onde ele incluía o México, a América Central e o Caribe, mas também a Colômbia e a Venezuela. Mas ele considerava que poderia surgir um desafio desta natureza, na região do ABC, no Cone Sul da América. E, neste caso, considerava inevitável o recurso à guerra. A sigla ABC refere-se à Argentina, Brasil e Chile, mas a região do ABC inclui também o território do Uruguai e do Paraguai, incluindo exatamente os mesmos cinco países que estiveram envolvidos na Operação Condor. Neste sentido, pode-se dizer que Henry Kissinger seguiu rigorosamente as recomendações de Nicholas Spykman com relação ao controle desta região geopolítica. Sua única contribuição pessoal foi a substituição da 'guerra externa', proposta por Spykman, pela 'guerra interna' das Forças Armadas locais contra setores de suas próprias populações nacionais [...].

Tem-se, então, que, no período da Guerra Fria e da Geoestratégia de Contenção, o aspecto militar (o elemento força) se destacava acima dos demais como o meio pelo qual os Estados Unidos alcançavam ou procuravam alcançar seus objetivos geopolíticos de "contenção" do comunismo e do "expansionismo" soviético, através de alianças e pactos regionais (GÓES, 2006). Neste cenário, apenas o temor do extermínio mútuo em uma guerra nuclear estabelecia os limites da Guerra Fria e abria espaços à diplomacia (CAMBESES JÚNIOR, 2002).

Uma observação em relação ao esquema mackinderiano e à estratégia spykmaniana se faz necessária. Originalmente, nenhuma das duas teve como foco o comunismo e a URSS. Mackinder, ao anunciar sua "Teoria Heartland", tinha por preocupação os riscos representados pela Alemanha e pela Rússia (este um país eurasiático) para os interesses imperiais da Grã-Bretanha. A estratégia spykmaniana foi, originalmente, pensada para o confronto com a Alemanha nazista, que se apropriara dela e a adaptara aos seus objetivos. Somente depois da Segunda Guerra Mundial, com o crescimento do prestígio internacional da URSS, com a constituição das democracias populares e com a vitória da Revolução Chinesa, os estrategistas norte-americanos, influenciados por George F. Kennan, passam a propagar a ideia de que a União Soviética almejava o controle mundial, utilizando o esquema mackinderiano, assim como fizera a Alemanha hitlerista, e, para lhe contrapor, aplicar-se-ia novamente a teoria spykmaniana das fímbrias que, conforme dito acima, tem relação estratégica direta com as ditaduras capitalistas que os EUA patrocinaram mundo afora.

4 A GEOESTRATÉGIA DO "ENGAGEMENT AND ENLARGEMENT"

Implementada pela gestão Clinton, a partir de fevereiro de 1995, tendo em conta a nova realidade mundial surgida com o fenecimento da URSS, desvia-se en-

tão “o foco estratégico para a abertura mundial do comércio, em detrimento de uma cosmovisão ideológico-militarista que predominava no período que lhe antecedia” (GÓES, 2006, p. 137). A matriz estratégica, afirma o Comandante Góes, foi deslocada predominantemente para os interesses econômicos, e o Presidente Clinton revela uma “crença exacerbada na predominância da dimensão econômica dentro da matriz de segurança nacional” (GÓES, 2006, p. 138)¹³.

Durante a Guerra Fria, a preocupação central dos estrategistas estadunidenses com o risco de uma guerra nuclear e a utilização massiva de mísseis intercontinentais contribuiu para que se ocultasse, nos subterrâneos da Guerra Fria, uma série de conflitos regionais. Com o fim da Guerra Fria e a redução significativa do risco da guerra nuclear global com uso de mísseis intercontinentais, surge a Geoes-tratégia do *Engagement and Enlargement*, que passa a dar destaque aos embates regionais (o risco de guerras nucleares regionais, a exemplo dos conflitos entre a Índia e o Paquistão); às lutas transnacionais (a exemplo do terrorismo, as grandes migrações para os países ricos e do tráfico de drogas); e ao risco da proliferação das armas de destruição em massa que caracteriza a atual fase de fragmentação nuclear (casos do Irã e Coreia do Norte) (GÓES, 2006).

A administração Clinton trará, para o centro da problemática estratégica, a busca por ampliar e aprofundar a hegemonia dos Estados Unidos no mundo por meio de um maior controle das economias nacionais e pelo aprofundamento da subordinação da economia global aos interesses econômicos das multinacionais norte-americanas. Não foi casual o fato de a economia estadunidense ter atingido seu ápice no período da estratégia do *Engagement and Enlargement*, quando obteve “um crescimento ininterrupto de quase nove anos, o maior de toda a sua história”. Peças essenciais dessa política: a “globalização” e as políticas neoliberais.

Decorrente dessa estratégia surge “um esquema grandioso de áreas supercontinentais de comércio. É o próprio texto da estratégia norte-americana que denomina tal sistema de Constelação Mundial do Comércio”, a qual “é um mecanismo multilateral com fulcro em três grandes zonas de livre comércio, a saber: 1. Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); 2. Mercado Transatlântico (União Europeia); 3. Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC)”. Essas áreas supercontinentais

13 Martins Filho (2002), ao estudar os vínculos entre a globalização e a geoestratégia estadunidense, mostra que, para os estrategistas norte-americanos, ‘a política dual que visa expandir a cooperação econômica e de segurança continua a ser o principal instrumento das políticas dos Estados Unidos para a construção de uma ordem mundial justa, estável e próspera’. Ou seja, os EUA usam a “cooperação econômica” como uma ferramenta eficiente para alcançar seus objetivos em termos de política de segurança, isto é, de construir e consolidar áreas de influência e, desta maneira, será impulsionada também a globalização. Entretanto, consideramos importante destacar que a segurança nacional estadunidense deve ser entendida como sendo essencialmente a segurança das corporações econômicas e o interesse nacional norte-americano, representando fundamentalmente os interesses das corporações norte-americanas mundo afora.

são apoiadas pela Organização Mundial de Comércio (OMC), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que atuam em favor dos interesses estadunidenses (GÓES, 2006).

A Constelação Mundial do Comércio tem suas raízes na tradicional *Teoria da Tríade*, formada, em fins da década de 1960 e início da década de 1970, pelo Clube de Roma e que visou favorecer a recuperação econômica dos EUA, abalada, no início de 1970, pela crise de sobrevalorização do dólar em relação ao iene e a moedas europeias. A Teoria da Tríade colimou, em plena Guerra Fria, a delinear a economia de mercado em escala mundial e mesmo influir no “bloco comunista”. Ela projetou a Teoria do Trilateralismo Mundial com três centros de poder: o bloco estadunidense, o europeu e o asiático (ASSMANN et al, 1990). Nesse esquema, a Alemanha Ocidental e o Japão figuravam como as megapotências auxiliares dos Estados Unidos. “Em certo sentido, a hegemonia mundial estadunidense seria exercida mediante a atuação de *países suseranos*, Japão e Alemanha, responsáveis pelo controle direto dos países vassallos no âmbito de seus respectivos blocos” (GÓES, 2006, p. 157-159, 163). O objetivo de dinamizar a economia dos EUA refaz-se na década de 1990, na Constelação Mundial do Comércio, como parte da estratégia da era Clinton, e também reproduz as relações de vassalagem

[...] dos países periféricos que continuam aceitando tratamento inferiorizado no âmbito das relações comerciais internacionais. Infelizmente, a intelectualidade brasileira ainda não percebeu a sutileza da construção estratégica norte-americana e queda-se inerte, sem talento e sensibilidade para mapear um caminho geopoliticamente independente. A luta contra a inferioridade geopolítica será infrutífera se não houver caminhos de integração regional. (GÓES, 2006, p. 158-160).

O sentido da estratégia de *Engagement and Enlargement* continua sendo o mesmo da antecessora, ainda que em outra realidade histórica: “ampliar, cada vez mais, a esfera de reverberação geopolítica dos Estados Unidos da América dentro da Era Pós-Bipolar” (Ibid., p. 160). Ou seja, por trás dos discursos a respeito da cooperação e multiculturalismo, ou sobre a “globalização” e benefícios mútuos, o que se tem verdadeiramente é a implementação de uma estratégia de dominação tridimensional: econômica (que assume a condição de aspecto principal), cultural (que produz uma submissão mais sólida) e militar (que prevalece no período da Geoestratégia da Contenção) (SANTOS, 2006).

Com rigor, a cooperação internacional sob a lógica multilateral da Administração Clinton é meramente virtual, na medida em que não há mudança na linhagem estratégica do modelo estadunidense, ao revés, sua vocação expansionista e egoística é irrespondível. Destarte, a comunidade internacional deveria rejeitá-la em sua pretensão de se transformar em símbolo universal de desenvolvimento. Sob o manto

da globalização, ocultava-se, como já visto anteriormente, uma estratégia tridimensional de reafirmação hegemônica. (GÓES, 2006, p. 160).

5 A Doutrina Bush e a “Pax Americana”

Consagrada como “Doutrina Bush”, a nova estratégia destaca, entre seus pilares, o contraterrorismo e a legítima defesa preventiva [] representa uma radical mudança dos conceitos geoestratégicos que vigoravam no país desde a Guerra Fria, e se justificaria por sua finalidade, ou seja, criação de instrumentos legais para controle absoluto de todas as atividades individuais, principalmente de imigrantes, e, da mesma forma, de concessão ao Presidente de poderes para atacar preventivamente, em qualquer parte do mundo, grupos terroristas ou Estados hostis aos norte-americanos. (PEREIRA, 2006, p. 130, apud GÓES, 2007, p. 18-19).

Com os atentados de 11 de Setembro de 2001, teve início a doutrina Bush, “cujo consectário supremo é a tentativa de impor um sistema internacional unipolar”, recorrendo, mesmo sem respaldo dos organismos internacionais e do direito internacional, a “ataques preventivos” e ao “protecionismo comercial sem disfarce”. Entretanto, o unipolarismo bushniano, com o seu desprezo pela soberania dos Estados mais fracos, dava sinais de sua presença “antes mesmo da fatídica queda das torres gêmeas do *World Trade Center*” (GÓES, 2006, p. 161).

Para o Coronel Cambeses Júnior, “o Presidente George Bush tem optado por uma estratégia de confrontação violenta que se coaduna perfeitamente com o estilo preconizado por Maquiavel, ou seja, de que ‘o fim justifica os meios’. Para tanto, o que conta é o objetivo e os meios e a ética devem necessariamente se ajustar a esses propósitos” (CAMBESES Júnior, 2003a)¹⁴. Cabe destacar que essa apreciação nada elogiosa da política externa estadunidense foi, em 2003, publicada pelo mesmo oficial que, em 2007, ao avaliar o resultado da Guerra Fria frente à “ameaça comunista”, considerou o mundo afortunado por ter sido o desfecho do embate com a URSS favorável aos EUA, potência que reputará como “democrática”, “corrigível e perfectível” (CAMBESES JÚNIOR, 2007, p. 27). Incongruência? Acredita-se que não. A geração de oficiais à qual pertence o Coronel Cambeses é, em regra, marcadamente anticomunista. Não se tem como identificar e ponderar exatamente as múltiplas determinações capazes de explicar o anticomunismo de cada um desses ofi-

14 O Coronel Cambeses Júnior é um dos mais produtivos intelectuais militares, seus artigos costumam ser publicados em diversos veículos, sobretudo na internet. Entretanto, com o tempo, parte dessa produção deixou de estar disponível no portal da ESG, mas pode ser encontrada em outros sítios e páginas da internet, especialmente no Portal Militar. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/index.php>> e no ReservAer, nas seções Assuntos Estratégicos e Assuntos Militares: <<http://www.reservaer.com.br/>>.

ciais, mas é certo que há uma dimensão atávica resultante ou consolidada de uma doutrinação nesse sentido que caracterizou a formação política e ideológica dos militares brasileiros, sobretudo depois da derrota do levante antifascista de 1935 e como reação da cúpula militar à penetração dos ideais comunistas e nacionalistas de esquerda na oficialidade (FERREIRA, 2005).

Certamente, como demonstra Ferreira (2005), a transformação do anticomunismo na principal ideologia unificadora dos militares¹⁵ alcançou sucesso, sobretudo após a vitória do golpe empresarial-militar de 1964. No entanto, com o fim da URSS, o comunismo já não poderia mais ser considerado como o terrível e principal inimigo a ser “contido”, ou seja, seus resquícios encontram-se agora em posição estratégica claramente desfavorável e sob cerco. Porém, novas ameaças aos “interesses nacionais” – internas, mas, sobretudo, externas – aparecem; neste período em que os esguianos definem como de “transição” entre a realidade bipolar e a multipolar, no qual o antigo “guardião do Ocidente” surge primeiramente com a sua estratégia de *Engagement and Enlargement*, cujo discurso, em favor da cooperação, encobre práticas voltadas ao controle econômico do mundo.

Em seguida, em decorrência da doutrina Bush, caracterizada pelo empenho em impor uma dominância militar unipolar, ocorre um fato quase impensável se nos reportarmos à época de prevalência da Guerra Fria e da Doutrina de Segurança Nacional: intelectuais esguianos, atavicamente anticomunistas, expressando preocupações quanto às relações dos EUA com o Brasil, quanto aos rumos do capitalismo mundial e quanto à inserção do país nesse capitalismo mundial liberalizado. Com efeito, a estratégia dos Estados Unidos e suas políticas econômica, diplomática, militar e cultural passam a ser percebidas como as grandes ameaças à soberania nacional e à sobrevivência do Estado como ente soberano e pleno. Considera-se que, nessa nova realidade, o nacionalismo moderado – sem qualquer viés de esquerda – tende a ocupar o lugar central que antes era reservado ao anticomunismo, que continua presente, porém não se constitui mais na preocupação central, a não ser para velhos oficiais da reserva que tiveram um papel mais ativo, quer na conspiração golpista de 1964, quer na ditadura.

Se nos anos da Guerra Fria, na luta contra o comunismo, eram consensuais, no Ocidente, o reconhecimento e a aceitação da liderança geopolítica norte-americana – em que pesem dissensões pontuais –, na época posterior ao conflito mundial, apesar dos esforços políticos e diplomáticos, os EUA não conseguiram mais unificar os países alinhados em torno da sua liderança (GÔES, 2006).

O que fica claro, em vários textos publicados por intelectuais esguianos, é o empenho dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, mormente na administração Bush, de recompor sua hegemonia na esteira da “guerra ao terror”, sua diligência no sentido de construir alianças militares e a tentativa de envolver em

15 A ESG empenhou-se ativamente nesse objetivo.

seus conflitos nacionais, como sendo globais, da “humanidade”, as nações do *Heartland* e do *Rimland*. Um receio recorrente nos estudos mencionados acima, de forma mais ou menos explícita, está na prática adotada com frequência pelo Governo norte-americano de lançar mão de sua supremacia militar para a consecução de objetivos econômicos e estratégicos, a exemplo do controle de fontes de recursos naturais – principalmente as fontes de recursos de energia – presentes nos países que, empregando conotativamente a linguagem *spykmaniana*, formam as fímbrias do sistema capitalista. E o Brasil é um deles, um dos mais significativos em termos de recursos e um dos mais débeis em matéria de capacidade defensiva.

6 OS ESTADOS UNIDOS: “UM AMIGO PERIGOSO”

Segundo o Comandante Góes, “a superação histórica do bipolarismo” e o “fracasso da ideologia comunista abriram caminho para um contexto internacional imprevisível, hipercomplexo e ainda inacabado”, entretanto,

[...] já é possível diagnosticar a natureza híbrida da Era Pós-Bipolar, cujo centro de gravidade gira em torno de três grandes eixos, a saber: a) hegemonia militar inexorável da única superpotência remanescente; b) economia mundial tripolar, caracterizada pela disputa comercial entre os EUA e as duas megapotências União Europeia e Japão; e c) geopolítica multifacetada, constituída a partir da postura de potências regionais e em especial Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) na busca de maior qualificação geopolítica no cenário multilateral e na recusa à aceitação da hegemonia norte-americana. (GÓES, 2006, p. 162-163).

Mas nessa nova quadra histórica em que não mais se tem o comunismo como uma ameaça real de amplitude mundial, e não estando o Brasil incluído naquele conjunto de países que a doutrina Bush classificava como “eixo do mal”, existiria alguma ameaça significativa aos “interesses nacionais”, à “segurança nacional”?

O Comandante Góes expressa um ponto de vista que, de uma forma ou de outra, é compartilhado por outros intelectuais esguianos, ainda que não esteja claramente explícito nos manuais da ESG. Segundo o Comandante, os países que formam o grupo conhecido como BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), apesar de ainda permanecerem em uma situação de dependência “do fluxo de investimentos estrangeiros para financiar seu desenvolvimento sustentável” – constituem-se em potências regionais ascendentes e podem ainda integrar o centro do sistema, “o que, evidentemente, começa a inquietar os Estados Unidos e, em menor grau, os demais países do triângulo econômico mundial” (GÓES, 2006, p. 165-166).

O Tenente Brigadeiro do ar Sérgio Xavier Ferolla, ex-Comandante da ESG, compartilhou também dessa análise e mostrou-se, no mínimo, desconfiado quanto às intenções da geopolítica estadunidense.

A estratégia política americana para a América Latina tinha e tem como objetivo principal manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias. (GUIMARÃES, 1999 apud FEROLLA, 1999, p. 12).

Em relação ao Brasil, a estratégia estadunidense não pode ser considerada, em seu sentido mais geral, diferente.

[...] a estratégia estadunidense geral visa [...] aumentar a sua influência sobre a elite brasileira, convencê-la da inevitabilidade, irresistibilidade e dos benefícios da influência hegemônica e da liderança norte-americana no hemisfério. Em segundo lugar, cooperar para que o país se mantenha como ponto de equilíbrio ao sul, mas que ao mesmo tempo não se desenvolva, econômica e militarmente, em níveis que possam torná-lo competitivo com os Estados Unidos, em termos de influência econômica e política, na região do Hemisfério Ocidental. (CAMBESES JÚNIOR, 2012).

Percebe-se, nos textos, uma preocupação consensual entre os intelectuais esguianos quanto à política de “ação preventiva” que está na base da doutrina Bush. Ela, ao lado da fragmentação do poder nuclear, é vista como um grande risco, já que os EUA tendem a empregá-la sempre que considerarem ameaçadoras à sua segurança as políticas de outros Estados nacionais. Riscos que podem ser apenas potenciais e, ainda assim, podem servir de justificativa para ações preventivas, isto é, intervenções militares.

Os esguianos têm manifestado oposição e desconfiança em relação aos aspectos gerais da política externa estadunidense no pós-Guerra Fria, especialmente à doutrina de ação preventiva que, de certa forma, já estava presente na administração Clinton, mas assumiu uma dimensão explicitamente militarista, hegemônica e unipolar na gestão de Bush. E ainda que décadas de identificação política e ideológica com os Estados Unidos na luta contra o comunismo dificulte uma postura efetivamente hostil em relação à Nação norte-americana, com a responsabilização sendo dirigida mais ao seu governante, ou seja, considerando o unilateralismo como miopia política de um grupo ou somente de um indivíduo – mesmo que este seja o Presidente da República – e mantendo-se, assim, aberta à perspectiva de que, por ser uma sociedade “democrática”, “maleável” e “perfectível”, possa haver uma correção de rumo. Ainda assim, nos anos finais do século XX e na primeira década do século XXI, as análises dos intelectuais esguianos assumem um tom e um sentido crítico e condenatório tanto aos fundamentos da Geoestratégia de *Engagement and Enlargement* do Presidente Clinton como, com mais ênfase ainda, à estratégia da “Ação Preventiva” do Presidente George W. Bush.

Se, em princípio, não se coloca no curto prazo a perspectiva de uma intervenção militar estadunidense em território brasileiro, isto não significa que esteja o país imune ao projeto estratégico global dos EUA. Também aqui o intervencionismo se faz presente, porém por mecanismos não militares.

Segundo o Coronel Cambeses Júnior, os Estados Unidos buscam influir “sobre a doutrina e o equipamento militar brasileiro”, objetivando criar obstáculos ao desenvolvimento de uma indústria bélica competitiva e, em particular, embargar a aquisição pelo Brasil de tecnologias militares modernas e armas com poder de destruição em massa. Essa estratégia fortaleceu-se com o fim da Guerra Fria, quando o Estado norte-americano passou a pregar uma política de “desarmamento da periferia” frente à inexistência de inimigos (Ibid.). Para tanto, os EUA precisaram contar com aliados internos e com a colaboração dos governos brasileiros.

Uma parte ampla da intelectualidade nacional, aquela que, na visão dos esguianos, aderiu acriticamente à “globalização” e aos preceitos neoliberais, tornou-se internamente útil à estratégia estadunidense ao descarregar sobre o país a culpa exclusiva pelos problemas relacionados aos direitos humanos, ao propagar a tese da regulação exclusiva ou quase exclusiva pelo mercado como modelo ideal de funcionamento da economia, retirando do Estado praticamente qualquer capacidade de fazer política econômica, controlar e regular as atividades econômicas e os fluxos de capitais e, com isso, favorecendo a estratégia dos Estados Unidos que:

[...] tem como objetivo máximo assegurar ‘a maior liberdade de ação possível para as empresas americanas, evitar o surgimento de empresas competidoras fortes de capital brasileiro no Brasil e, como corolário, reduzir o papel do Estado como investidor, regulamentador e fiscalizador da atividade econômica. (CAMBESES JÚNIOR, 2012, s/p.). Nesta perspectiva, as políticas focalizadas de “combate à pobreza”, propagadas pelos referidos intelectuais, estariam em consonância com os objetivos do Governo norte-americano à medida que desviam o foco da busca por uma “estratégia de desenvolvimento econômico e social”, capaz de tornar o país uma potência econômica concorrente com os EUA. (CAMBESES JÚNIOR, 2012, s/p.).

Mas, o aspecto essencial da geopolítica estadunidense para o Brasil está na “estratégia ideológica”:

[...] que é central para todas as demais, procura convencer a elite e a população brasileira do desinteresse e do altruísmo americano em suas relações com o Brasil, inclusive com o objetivo de garantir o apoio da elite brasileira à ideia de liderança americana benéfica no continente e no mundo. Para atingir tais objetivos, a estratégia estadunidense considera como imprescindível garantir o livre acesso dos instrumen-

tos de difusão do American Way of Life à sociedade brasileira e formar grupos de influência norte-americana no Brasil e, como meio, formar a elite brasileira em instituições americanas. (CAMBESES JÚNIOR, 2012, s/p.).

Está, por exemplo, na Avaliação de Conjuntura produzida em 2006, na qual se pode ler:

Resumidamente, a conjuntura internacional apresenta como características principais:

- em primeiro plano, a hegemonia norte-americana, já desenhada desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas encontrando na bipolaridade o contraponto da URSS, apresenta-se agora nitidamente maior, mais individualizada e mais intensa. Busca traduzir esta supremacia na imposição messiânica da unipolaridade ao sistema internacional. Trata-se de marcar a hegemonia impondo o mercado, invadindo a cultura, na crença de que a democratização pode ser forçada, sobretudo, à sombra das armas e do poder econômico. Esta política está presente no conceito estratégico que propõe a superioridade militar norte-americana, tanto qualitativa quanto quantitativa, em relação a aliados e adversários reais, potenciais ou mesmo àqueles imaginariamente criados com o intuito de mascarar outros interesses, particularmente econômicos, utilizando o direito da força para sobrepujar a força do direito.

- uma segunda característica mostra a globalização econômica como fio condutor da crescente e, muitas vezes, desigual concorrência comercial entre as nações, promovendo a anarquia financeira e provocando forte disputa por mercados entre os grandes blocos econômicos, exatamente criados e desenvolvidos numa tentativa de minimizar os efeitos do chamado capitalismo financeiro, com destaque para o especulativo e contrariando a lógica do sistema produtivo. Os Estados perdem sua força e os Comandantes das corporações multinacionais tomaram, na prática, o lugar dos governantes, os seja, o mercado passa a mandar mais que o Estado-Nação.

[...] as forças da nova ordem do mercado se sobrepõem às necessidades particulares dos estados nacionais (ESCOLA, 2006, p. 7-8, 51, grifo do autor).

Dessa citação, destacam-se alguns pontos importantes para compreender os dilemas ideológicos e doutrinários que a nova conjuntura mundial pós-Guerra Fria apresenta para os esguianos. Aqui, os EUA revelam-se como uma Nação que busca impor messianicamente uma unipolaridade à comunidade das nações, determinando os seus conceitos de livre mercado e democracia, recorrendo tanto a pressões econômicas quanto militares. A intenção dos Estados Unidos de se consolidarem como poder unipolar é claramente rejeitada pelos esguianos como valor, ainda que a sua realidade militar não seja desconsiderada.

Essa imagem não corresponde àquela esperada de uma Nação amiga e confiável já que tal unilateralismo constitui em um objetivo estratégico e, na condição de única superpotência militar que também goza de supremacia econômica, mostram-se os EUA capazes de fabricar inimigos e ameaças, para alcançar a supremacia nas relações internacionais.

Não precisando mais refrear sua influência ante o desmonte soviético e motivados por seus interesses econômicos – às vezes encobertos – os Estados Unidos não hesitam mais em se colocar à margem do direito internacional para impor sua vontade sobre as demais nações.

Em 2006, a postura do Governo americano no sentido de ignorar o direito internacional e os princípios clássicos de soberania e autodeterminação dos Estados nacionais não constituiu nenhuma novidade para a comunidade internacional. Assim, fizera a “América”, por diversas vezes, em sua história de expansão imperialista. O novo estava em: a) não contar mais com nenhum real contrapoder capaz de lhe fazer frente no terreno militar; b) no fato de agora suas *imposições messiânicas* se dirigirem não somente a conhecidos inimigos ideológicos, mas também contra antigos aliados que agora podem ser descartados; e c) os referenciais ideológicos que servirão de cobertura para as intervenções estadunidenses.

A luta contra o comunismo deixou de ser a justificativa básica para legitimar as intervenções, sanções econômicas e ingerências na vida de outros Estados nacionais. Em seu lugar, um conjunto de valores é erigido à condição de universais, cuja proteção e garantia passa a justificar as novas intervenções.

De certa forma, pode-se afirmar que, na verdade, o conflito não desapareceu. Apenas deslocou-se do campo político-ideológico-militar para o econômico-científico-tecnológico-cultural-social, com o surgimento de novas e variadas motivações – o tráfico de drogas, a narco-guerrilha, a preservação ambiental, o direito das minorias, os direitos humanos, a biodiversidade, a água, os recursos minerais estratégicos, entre outros. (ESG, 2006, p. 7).

Fica evidente que os novos valores erguidos pelos EUA como legitimadores de intervenções ditas humanitárias não ameaçam apenas os países que ainda se apresentam como “comunistas” e nem tão somente àqueles enquadrados no chamado “eixo do mal”. A violação de algum ou de vários deles pode ser observada em quase todos, o que pode tornar justificável aos olhos de Washington intervir inclusive em nações que compartilhem do mesmo sistema econômico-social norte-americano, mas que, por alguma razão, torne-se alvo de sua cobiça. Ou seja, ter sido aliado dos Estados Unidos na luta contra o comunismo não é agora, no mundo pós-bipolar, garantia de imunidade frente ao unilateralismo estadunidense e seus interesses estratégicos de supremacia econômica e militar (AQUINO, [199-?], p. 2 e 3).

Na Análise de Conjuntura de 2006, os intelectuais esguianos fizeram uma apreciação negativa do papel que os EUA passaram a desempenhar na “Nova Ordem Mundial”. Para os responsáveis pela análise: “Acontecimentos como as duas guerras do Golfo e o incidente do 11 de Setembro são sintomas da profunda e dramática instabilidade da ordem internacional gerada pela política de força de uma única potência [...]” (ESG, 2006, p. 10).

Em suma, ao menos desde meados da década de 1990 e mais ainda depois da invasão do Iraque sem a cobertura legal da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2003, aos olhos dos membros da ESG, os Estados Unidos deixaram de ser uma referência positiva, uma liderança incontestada, o modelo de civilização a ser seguido. Vencido o comunismo internacional, é agora o unilateralismo estadunidense o principal fator de desestabilização da ordem mundial, o grande risco para os “interesses nacionais” dos “países mais fracos” e, sobretudo, das nações com abundância de recursos naturais estratégicos. Os Estados Unidos com a sua “Guerra ao Terror” já não conseguem alcançar o consenso e a liderança que obtiveram na “luta contra o comunismo” nos anos da Guerra Fria. *O rei está nu* e já não convence os esguianos da justeza da sua causa (CAMBESES JÚNIOR, 2010): “Conseguimos sobreviver à ameaça soviética. Ajude-nos Deus a escapar do jugo americano! A Liberdade Não Tem Preço!” (GOMES, 2003).

Esse olhar da Escola Superior de Guerra que não somente critica a geopolítica estadunidense do período pós-bipolaridade, mas também desconfia de que a “América” possa se constituir no futuro em uma força invasora, violadora da soberania brasileira, só é compreensível no contexto de dois processos históricos: o fim da Guerra Fria; e a adesão radical do Estado brasileiro à macroeconomia neoliberal da mundialização imperialista.

Este corte histórico nos parece mais claro quando comparamos a Análise de Conjuntura de 2006 – que expressa a tendência que se vai tornando hegemônica a partir dos anos finais da década de 1990 – com o *Relatório de Avaliação da Conjuntura* produzido em 1988 por um determinado grupo de trabalho da ESG. Neste, ao analisarem as relações econômicas com os EUA, afirmam seus redatores:

Os Estados Unidos são, de longe, o maior parceiro comercial brasileiro chegando a atingir de 25% a 30% do total de todos os nossos negócios no exterior. As nossas divergências comerciais com os americanos não deixaram sequelas ou ressentimentos que dificultem o relacionamento entre as duas Nações. Cultiva-se um respeito mútuo e a identidade das duas levam à aceitação das diferenças econômicas e políticas existentes. O relacionamento bilateral é fluido e maduro superando todos os discursos retóricos e vazios¹⁶ (ESG, 1988, p. 6).

16 O Relatório de Avaliação da Conjuntura, datado de 1988 por um grupo de trabalho da ESG, foi produzido antes da queda do Muro de Berlim, da dissolução da URSS e da vitória do bloco neoliberal nas eleições presidenciais de 1989.

Em 1988, essa posição positiva e tranquila em relação aos Estados Unidos é acompanhada de uma leitura crítica e negativa no tocante à realidade interna em que se desenvolviam os trabalhos da constituinte, em relação à qual, segundo o relatório, era forte “a discriminação pública dos representantes de segmentos partidários e de interesses que contrariam as aspirações da maioria ideológica de esquerda” (ESG, 1988, p. 16), situação que se agravava pela falta de atuação das “elites” que: “[...] no seu vasto aspecto sociopolítico não têm tido na Constituinte uma atuação articulada” (ESG, 1988, p. 17). Ou seja, em 1988, os colaboradores e estagiários da Escola ainda pensavam a conjuntura internacional e nacional através dos parâmetros ideológicos forjados na Guerra Fria.

No decorrer dos anos de 1990 e 2000, a postura expressa na citação acima foi esmaecendo e dando lugar a um olhar desconfiado e preocupado em relação à geoestratégia estadunidense na “nova ordem mundial”. A convicção de que o estreitamento das relações comerciais com os EUA poderia significar uma maior subordinação do Brasil levou os esguianos em geral a se posicionarem contrariamente à Área de Livre Comércio da Américas (ALCA) (AQUINO, op. cit.; FEROLLA, 2002) e a enfatizarem a necessidade de diminuir a dependência em relação ao país norte-americano, e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) será visto como uma ferramenta nesse sentido (SILVA, 2002).

A ALCA não é um mero projeto econômico e comercial dos Estados Unidos. Ela é parte essencial de sua estratégia global para defender os interesses norte-americanos - econômicos e políticos -, neste mundo multipolar e conflituoso. A ALCA tem como objetivo incorporar a economia dos países latino-americanos à economia americana [...] Na prática, se consolidariam, por tratado, os atuais programas econômicos neoliberais e os Estados renunciariam à sua capacidade e ao seu direito de exercer, com eficácia, suas políticas comercial, industrial e tecnológica, para promover o desenvolvimento. (CAMBESES JÚNIOR, 2003b, p. 68-69).

No entanto, a ALCA não iria apenas constituir-se em uma estratégia estadunidense de dominação econômica, mas também em uma estratégia de reforço do controle político-militar do Cone Sul da América pelos Estados Unidos.

Na esfera político-militar, a ALCA e a Iniciativa das Américas têm como objetivo desarmar a região, assegurar a sua presença militar direta e assegurar o alinhamento latino-americano com as iniciativas e posições políticas americanas em confrontos com outros polos de poder com os países renegados da periferia. A América Latina e o Brasil passarão, com o advento da ALCA, a ser apêndices, subordinados aos Estados Unidos da América, renunciando a toda expectativa de uma participação mais ativa no sistema internacional em benefício da sociedade mundial.

Assim, as megaempresas norte-americanas estarão em pé de igualdade com as empresas brasileiras nos mercados do Mercosul, inclusive no Brasil.

Diante deste cenário prospectivo nada promissor, podemos inferir que a açodada ativação da Área de Livre Comércio das Américas, a partir de 2005, poderá acarretar sérios transtornos à nossa economia e carcomer as bases em que se sustenta o Mercosul, colocando todo o hemisfério à mercê do usufruto da superpotência hegemônica do Norte. (CAMBESES JÚNIOR, 2003b, p. 68-69).

Depois de apontar as possibilidades positivas que a ALCA poderia trazer para o Brasil e demais países sul-americanos, o Coronel e Professor esguiano Gerardo José de Pontes Saraiva apresenta, em artigo publicado na Revista da ESG, o que seria “a realidade” da ALCA no contexto do “capitalismo neoliberal”.

Muito poucos duvidam, hoje, de que a ALCA seja um projeto hegemônico dos Estados Unidos. Todavia, após uma década de dominação ideológica neoliberal, diversos posicionamentos idealizam esta dominação. Tradicionalmente, a supremacia de uma grande potência suscitava críticas imediatas (imperialismo, colonialismo); hoje, é bastante comum se ouvirem argumentos reivindicando a conveniência deste tipo de dominação. A ALCA é uma extensão do neoliberalismo, mas com propósito de dominação política. Na América Latina, já estão ocorrendo lutas sociais que em alguns países já se refletem em levantamentos populares e greves, como consequência do fracasso do modelo econômico neoliberal reinante e do domínio hegemônico dos Estados Unidos. [...] Para melhor entender a ALCA e suas gravíssimas consequências para a nossa região é preciso situar essa iniciativa no marco das prioridades globais dos Estados Unidos. (SARAIVA, 2004, p. 78-81).

E, continua o Coronel Pontes Saraiva:

Bem observado, a Área de Livre Comércio das Américas não é mais que um acordo ultraneoliberal, impulsionado pelas poderosas corporações multinacionais e pelo Governo norte-americano para incrementar os territórios de extração de recursos, suas utilidades e seu poderio em nosso hemisfério [...].

A Área de Livre Comércio das Américas implica impor um livre fluxo de capitais entre a economia mais poderosa do planeta, a dos EE.UU, e as economias subdesenvolvidas, dispersas e endividadas da América Latina e do Caribe, sob a ficção de que se trata de um pacto entre iguais, pondo de lado o óbvio de que o PIB de todas elas, somadas, é quase dez vezes inferior ao do país do norte. (SARAIVA, 2004, p. 78-81).

A percepção de que o antigo aliado do hemisfério Norte tinha como finalidade a total subordinação da economia brasileira aos interesses das suas megaempre-

sas e, com este objetivo, procurava, por meio do neoliberalismo, fragilizar o Estado brasileiro e eliminar a capacidade defensiva do país, certamente contribuiu para uma mudança de rumo nas formulações doutrinárias da Escola e seus intelectuais passaram, então, a teorizar e defender a estratégia de dissuasão¹⁷, também chamada de estratégia de resistência, mas que, independentemente da nomenclatura, expressa a preocupação, a visão prospectiva quanto ao risco de ameaças externas, sobretudo vindas do hemisfério Norte, à soberania brasileira.

A capacidade dissuasória frente às grandes potências é reforçada pela forte reação daquelas sociedades às elevadas perdas humanas [...]. A capacidade de impor danos elevados ao agressor, empregando recursos escassos, é a essência da estratégia da dissuasão. Os meios empregados não visam necessariamente a derrotar o inimigo, mas a levá-lo a desistir da agressão.

Definidos na PDN os objetivos de interesse da Defesa Nacional, os principais riscos e as possíveis ameaças ao País e, considerando, ainda, as vulnerabilidades estratégicas, resta estabelecer os princípios básicos que irão nortear a estruturação do SND:

- a) Força baseada em capacidades - e não mais em ameaças concretas e definidas - apta para emprego em qualquer das áreas estratégicas;
- b) Força Naval voltada principalmente para a defesa seletiva do litoral e das águas jurisdicionais, além das hidrovias das Bacias Amazônica e do Prata, mantendo a atual ação de presença na vertente oriental do Atlântico Sul (Países Africanos) e participação em manobras de nível internacional;
- c) Força Terrestre voltada para defesa do território e vigilância das fronteiras norte e ocidental, com destaque para a Amazônia, mantendo força de valor compatível para rápida reação e até mesmo para projeção no âmbito regional. Embora reduzidos, os efetivos devem guardar a possibilidade de serem rapidamente ampliados;
- d) Força Aérea voltada principalmente para vigilância e defesa do espaço aéreo nacional, mantendo adequada capacidade aeroestratégica para atuação no âmbito regional, de modo a reforçar a credibilidade da estratégia da dissuasão, cabendo-lhe, também, além disso, proporcionar apoio tático às forças de superfície e desenvolver capacidade de transporte suficiente para a projeção da Força Terrestre, no âmbito regional. (ESG, 2006, p. 99-100).

17 Referimo-nos à estratégia de dissuasão conforme apresentada anteriormente em citação do General Meira Mattos (2001, p. 49). A estratégia de dissuasão como a opção a ser implementada frente ao risco potencial de confronto com potências militarmente superiores aparece, no período que estudamos, em escritos e pronunciamentos dos intelectuais esguianos. “[...] o problema estratégico é, antes de tudo, um problema de segurança, o que, aplicado aos países emergentes como o Brasil, implica, basicamente, dispor de um poder militar que tenha capacidade dissuasória defensiva, com credibilidade” (FIALHO, 2000, p. 125). Ver também, MOREIRA (2007), LIMA (2003), VIDIGAL (1997) e ESCOLA (2006).

Tal preocupação, inclusive, remonta ao Governo Geisel, deixada de lado nos anos posteriores, e voltando à pauta das discussões, a partir da década de 1990, entre os esguianos e em outros setores das Forças Armadas. É o que se pode depreender da entrevista concedida, em 1994, pelo Tenente Brigadeiro do ar Sérgio Xavier Ferolla, então Comandante da ESG, à revista *Teoria e Debate*, uma publicação do Partido dos Trabalhadores.

Disse o Brigadeiro:

A partir do Governo Geisel, a concepção já começou a mudar. O Governo Geisel, bem ou mal, definiu um projeto nacional. Tínhamos um planejamento macro, coisa que hoje em dia faz falta. Este foi um dos itens que a Escola pregou e foi utilizado [...] e as coisas foram feitas já dentro do novo enfoque de não sermos totalmente dependentes do Hemisfério Norte. Criou-se então uma abertura para a África, uma abertura para a Europa. Tudo isto porque já havia uma grande preocupação com o nosso vizinho do Norte. Com a queda da URSS, a situação evoluiu ainda mais. Os EUA são cada vez mais hegemônicos econômica e militarmente e o Hemisfério Norte hoje considera que o Sul começa a atrapalhar: explosão social, tóxicos e uma série de outros problemas. É uma situação bem diferente. Vejo isto com preocupação, porque estamos muito despreparados para enfrentar uma possível interferência. E elas têm acontecido. Acredito que deveríamos estar preparados para dizer para o fulano: tudo bem, você é mais forte, mas se entrar na minha área, pelo menos alguns caras da tua área vão morrer... Vamos reagir violentamente, vai ter briga. (FEROLLA, 1994, grifos do autor).¹⁸

É importante esclarecer que o aparecimento de um discurso e de posições contrárias à doutrina Bush e às agora reconhecidas pretensões expansionistas estadunidenses não significam que os militares, em geral, e os esguianos, em particular, deixaram de ser profundamente anticomunistas. Alguns, como o Brigadeiro Ferolla, mostram até certas simpatias pelos chamados movimentos sociais, os componentes justos de suas pautas de reivindicações – ao mesmo tempo em que criticam o que consideram os excessos dos métodos reivindicatórios –, porém, até onde se pode verificar, essas são posições minoritárias. A maior parte abandonou o alinhamento com os EUA, mas se mantém firmemente anticomunista e, em geral, hostil aos movimentos sociais (FEROLLA, 2006)¹⁹.

18 Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/nacional-o-que-pensam-os-militares-entrevis>>. Publicado em: 15 abr. 2006. Acesso em: 13 dez. 2011.

19 Cf. Gomes (2003).

7 CONCLUSÃO

A Escola Superior de Guerra (ESG) é um centro de estudos onde se produz muito sobre os mais variados temas relacionados ao seu principal objeto de pesquisa: a segurança e o desenvolvimento nacional. Objeto que, de início, – e muito por responsabilidade da própria ESG – esteve diretamente marcado pela lógica da Guerra Fria, engendrando um posicionamento retrógrado, antidemocrático e pró-imperialista. Mas a Escola não ficou parada no tempo, ou presa à Doutrina de Segurança Nacional; soube perceber o movimento da geopolítica internacional no contexto posterior à Guerra Fria e tem-se empenhado em repensar os caminhos do seu objeto fundamental nessa nova quadra histórica. Pelo que foi e pelo que está procurando ser, a ESG constitui-se em um fórum rico de ideias e proposições que pode e deve ser reconhecida, e cada vez mais demandada, não apenas como um centro de pesquisas, como também um lugar de interlocução entre acadêmicos civis e militares interessados nas perspectivas e riscos que se apresentam à Nação brasileira nessa era de hegemonia do imperialismo estadunidense, a qual vem sofrendo por todos os cantos contestações, inclusive, como se procurou demonstrar, pelos esguianos.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

AQUINO, Paulo Neves de. *A ALCA e o Projeto Nacional*. Rio de Janeiro: ESG, [199-?].

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. 2. ed. ampl. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.

ASSMANN, Hugo et al. *A trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BECK, Wrich. *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. *A doutrina da ação preventiva*, 2002. Disponível em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a080.html>>. Publicado em 15 dez. 2002. Acesso em: 17 mar. 2003.

_____. *A estratégia estadunidense*. Disponível em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a090.html>>. Acesso em: jun. de 2011.

_____. O Brasil e a Área de Livre Comércio das Américas. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, v. 20, n. 42, p. 67-69, jan./dez.

_____. *Política e estratégia estadunidense*. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/estrategicos/politicaeestrategiaestadunidenses.html>>. Publicado em 21 de abr. de 2003.

_____. América Latina-EUA: os sete capítulos de uma conturbada relação. *Revista da Aeronáutica*. Rio de Janeiro: Clube da Aeronáutica, n. 263, p. 26-27 out./nov./dez.

_____. *Uma guerra imprevisível*. Disponível em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a100.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

_____. *A estratégia política dos EUA em relação ao Brasil*. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/estrategicos/estrategia-EUA-Brasil.html>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987a.

_____. *A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987b.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Relatório de Avaliação da Conjuntura*. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, 1988, Equipe A, TG1-88.

_____. Centro de Atividades Externas da ESG: *Avaliação de conjuntura 2006*, n. 1. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

FEROLLA, Sérgio Xavier. O que pensam os militares? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, *Teoria e Debate*, n. 24, mar./abr./maio 1994.

_____. Brasil 500 Anos – ESG 50 Anos. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG - Divisão de Documentação, ano XVI, n. 38, p. 10-13. 1999.

_____. O Grito dos Necessitados. *Tendência/Debates*. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/rede_alternativa/message/382>. Publicado em 06 nov. 2006. Acesso em: 14 dez. 2011.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.

FIALHO, Ivan. Novo enfoque para os Estudos da ESG XXI. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, ano XVII, nº 39, p. 124-130, 2000.

FIORI, José Luís. *Henry Kissinger e a América do Sul*. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori141207.pdf>>. Acesso em: 06 de nov. 2011.

GÓES, Guilherme Sandoval. A nova ordem mundial na era pós-bipolar. *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro, n. 01, p. 134-175, jul. 2006.

_____. “Pax Americana” e “Doutrina Bush”: dilemas da sociedade internacional na era pós-bipolar. *Ideias e Destaque*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, nº 23, p. 14-23, jan./abr. 2007.

GOMES, Luís Mauro Ferreira. *A Liberdade não tem preço!* Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/estrategicos/aliberdadenaotempreco.html>>. Publicado em: 22 mar. 2003. Acesso em: 19 dez. 2011.

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul. *Cuba: anatomia de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. As Forças Armadas Brasileiras. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG - Divisão de Documentação, ano XII, n. 34, p. 07-28, 1997.

LIMA, Hélio Ibiapina. *A soberania e as Forças Armadas*. Disponível em: <<http://www.resistencia.br/hpg.ig.com.br/adsg.htm>>. Acesso em: 01 de out. 2003

MARTINS FILHO, João Roberto. Globalização e Forças Armadas no Brasil. *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, n. 15, p. 85-106, out. 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. O Brasil e sua estratégia. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG - Divisão de Documentação, ano XVIII, n. 40, p. 48-55, 2001.

MIROW, Kurt Rudolf. *A ditadura dos cartéis: anatomia de um subdesenvolvimento*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOREIRA, José Benedito de Barros. A Nova Geografia Mundial e seus Reflexos para o Brasil. *Agência Senado*. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. 18ª Reunião Ordinária, 14/06/2007. Disponível em: <http://www.defesabr.com/MD/md_legislativo_CRE.htm#Palestra>. Acesso em: 17 dez. 2011.

SANTOS, Jorge Calvario dos. A questão do gás boliviano. *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: ESG, n. 04, p. 98-119, jul. 2006.

SARAIVA, Gerardo José de Pontes. ALCA e/ou MERCOSUL? *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG v. 20, n. 43, p. 73-95, jan./dez. 2004.

SILVA, Paulo Roberto Costa e. Integração sul-americana. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, ano XIX, nº 41, p. 184-210, (2002).

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo goulart e o golpe de 1964*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução da Marinha Brasileira – uma síntese político estratégica. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, ano XII, n. 35, p. 32-45.